

Plano Diretor vai discutir invasões

Ana Cristina Gonçalves

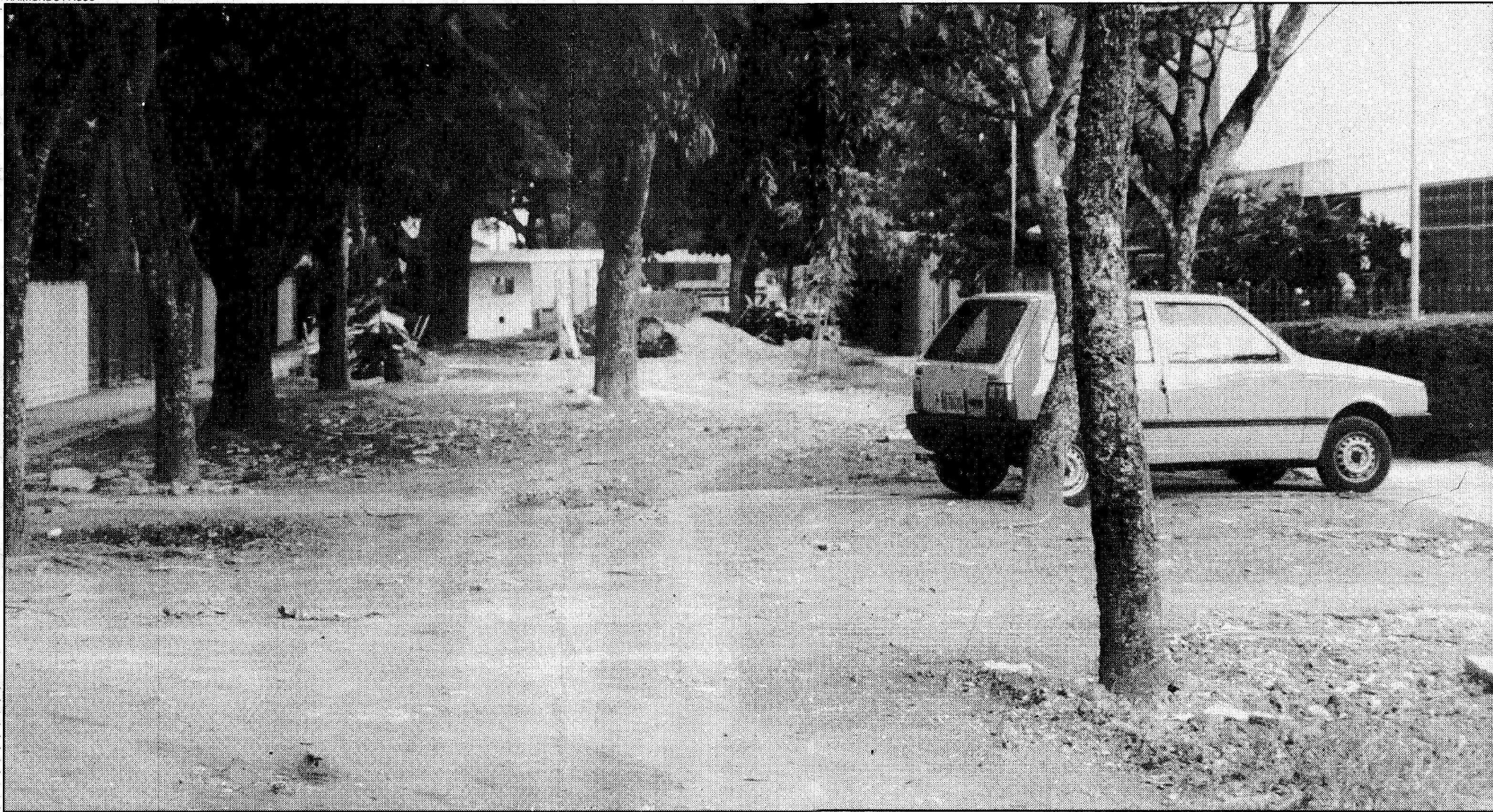
O novo Plano Diretor de Brasília começará a ser discutido no próximo mês de março. O primeiro assunto da pauta, que promete ser também o mais demorado e polêmico, será a invasão de área pública. Atualmente, além da invasão no comércio das entrequadras, a Administração de Brasília enfrenta um problema maior, que vem se complicando cada dia mais: a utilização de área verde pelos proprietários de casas nas 700 como garagem e área de lazer. "O que acontece com Brasília, e principalmente no Plano Piloto, é que as pessoas querem cada dia mais conforto sem se preocupar com o preço disso", argumentou o administrador Haroldo Meira.

O que está acontecendo com as quadras onde estão localizadas as Habitações Individuais Geminadas Sul (HIGS), segundo Haroldo Meira, é que o setor foi projetado para abrigar famílias de baixa renda, e que hoje moram ali a classe média que ainda consegue fazer parte do Plano Piloto. As chamadas "casas populares", na época da criação de Brasília, têm garagem para apenas um carro, fazendo com que quem possua mais de um veículo o deixe fora de casa, ou invada a área lateral da casa. "Brasília foi mal projetada e agora com o crescimento da cidade é que percebemos as falhas", criticou.

Na opinião do urbanista e criador do Distrito Federal, Lúcio Costa, não basta as pessoas criticarem o projeto original da cidade (idealizado para uma população menor e realidade diferente) "e sim terem inteligência e capacidade administrativa suficiente para resolver os problemas que, como era previsto, surgiram no decorrer dos anos". Para ele, Brasília é caracterizada no mundo todo pelas suas áreas verdes (cem metros quadrados para cada habitante) que não podem ser simplesmente substituídas por concreto. "É preciso que seja atendida a necessidade dos moradores, sempre com uma visão no futuro, para que novos erros não sejam cometidos", alegou.

Estacionamento — A preservação da área verde já é um tema bastante discutido por muitos moradores da Asa Sul que não concordam com a invasão pelos vizinhos. Prova disso foi a construção de um estacionamento na 712 Sul que depois de muita reivindicação de alguns moradores, a Administração de Brasília autorizou as obras. Dias depois começaram os protestos, quando foi feita uma pesquisa de opinião entre os moradores. Dos 133 moradores entrevistados, 52 por cento eram a favor da substituição da área verde por estacionamento e 47 contra. Como a diferença era muito pequena, Haroldo Meira decidiu embargar a obra e esperar a redefinição do Plano Diretor para Brasília.

RAIMUNDO PACCÓ



Além da invasão no comércio das entrequadras, o problema da utilização de área verde por moradores das quadras 700 como garagem e área de lazer vem se complicando

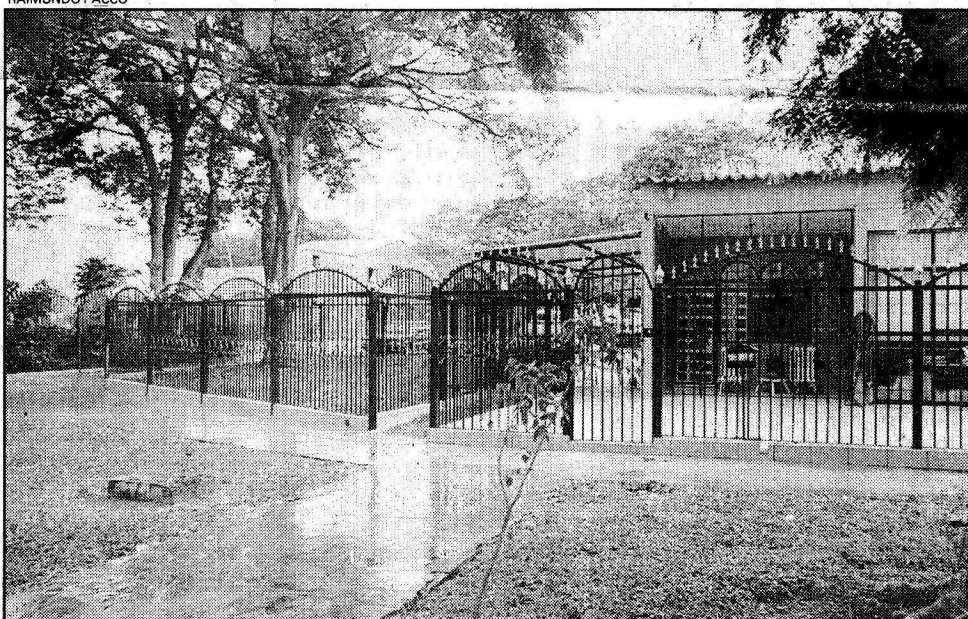
Grades desvirtuam o projeto original

A discussão sobre a utilização das áreas verdes próximas às residências é quase tão antiga quanto a construção de Brasília. Em 1988, durante a gestão do ex-governador José Aparecido, foi elaborada uma portaria que permitia o uso de cercas em volta das residências, desde que obedecidas algumas normas. As casas de esquina deveriam deixar um espaço de três metros para os pedestres e utilizar como área residencial (onde seria colocada a cerca) apenas dois metros contados a partir da parede da residência. Entretanto, as invasões nas quadras 700 Sul vão além do permitido e desvirtuam o plano original da cidade.

Na quadra 713 Sul por exemplo, o que se percebe é que um vizinho foi seguindo o outro e quase todas as casas de esquina invadiram a área verde para os mais variados fins. As grades das casas 05, do bloco "N1" e 63 do bloco "M", são parecidas não apenas no modelo e cor, como também na delimitação da área invadida. "Estamos também contribuindo com o verde, protegendo-o com uma cerca", argumentou um morador do bloco M da 713, sem se lembrar que a área verde é pública.

Notificação — Para conter a onda de invasão, a Administração de Brasília

RAIMUNDO PACCÓ



Para conter a invasão de áreas verdes a Administração notificou 80 moradores do Plano

lia notificou todas as residências que estão com grades fora das normas estabelecidas pela portaria e aqueles proprietários que planejam invadir a área verde. "Foram expedidas 80 notificações com prazo de dez dias para desmancharem a invasão, ou então iríamos derrubar", garantiu o administrador de Brasília, Haroldo Meira. Admitindo que é muito violento derrubar construções, o admi-

nistrador resolveu receber uma comissão de moradores das 700, para procurar uma melhor solução.

"Ficou acertado que eles iriam, junto com a Administração, encontrar o melhor caminho para solucionarmos os problemas, já que eles precisam de garagens e nós de preservar a área pública", explicou Haroldo Meira.

Conselhos locais vão colaborar

A criação dos Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano está prevista no projeto que define o Plano Diretor de todo o Distrito Federal. Segundo a secretária-adjunta de Obras e Serviços Públicos, Ivelise Longhi, foi encaminhada na semana passada para todas as administrações regionais uma minuta do projeto que define normas para os conselhos. "Cada satélite tem uma peculiaridade, que devemos levar em consideração na hora de normatizar os conselhos locais", explicou. Até o próximo dia 10, os administradores terão feito sugestões, e o projeto definitivo será enviado para a Câmara Legislativa.

São atribuições dos conselhos locais discutir, analisar, sugerir e acompanhar as questões envolvendo o planejamento territorial e urbano de cada localidade. Ele terá função normativa e consultiva e não deliberativa. "Isso significa que depois de um assunto ser discutido entre a sociedade e representantes de entidades, ele terá uma solução apresentada, que será discutida no conselho maior e encaminhada para o Legislativo em forma de projeto de lei", disse a secretária-adjunta de Obras e Serviços.